

A TEORIA POLÍTICA DE MARX E SUA ATUALIDADE NO SÉCULO XXI.

LA TEORÍA POLÍTICA DE MARX Y SU ACTUALIDAD EN EL SÉCULO XXI.

THE POLITICAL THEORY OF MARX AND YOUR UPDATE IN THE 21ST CENTURY.

Anita Schlessner¹

Resumo: Este artigo tem o objetivo de mostrar a atualidade do *Manifesto do Partido Comunista*, no momento das comemorações dos duzentos anos de nascimento de Karl Marx. Para tanto, retomamos o Prefácio de 1859 como base teórico-metodológica de compreensão do Manifesto e, em seguida, abordamos a primeira parte deste escrito a fim de explicitar a teoria da história e a teoria política que desembocam na afirmação da luta de classes como motor do devir histórico. Concluímos apontando alguns limites deste escrito que se mostra, hoje, mais atual que no momento de sua primeira publicação.

Palavras-chave: luta de classes. devir histórico. Manifesto do Partido comunista. Karl Marx.

Resumen: Este artículo tiene el objetivo de mostrar la actualidad del Manifiesto del Partido Comunista, en el momento de las conmemoraciones de los doscientos años de nacimiento de Karl Marx. Para ello, retomamos el Prefacio de 1859 como base teórico-metodológica de comprensión del Manifiesto y, a continuación, abordamos la primera parte de este escrito a fin de explicitar la teoría de la historia y la teoría política que desembocan en la afirmación de la lucha de clases como motor del devenir histórico. Concluimos apuntando algunos límites de este escrito que se muestra hoy más actual que en el momento de su primera publicación.

Palabras clave: lucha de clases. devenir histórico. Manifiesto del Partido Comunista. Karl Marx.

Abstract: This article aims to show the actuality of the Communist Party' Manifest, at the time of the celebrations of the two hundred years of Karl Marx's birth. Therefore, we return to the Preface of 1859 as a theoretical-methodological basis for understanding the Manifest and then we approach the first part of this writing in order to make explicit the historical theory and political theory that lead to the affirmation of class struggle as the engine of historical becoming. We conclude by pointing out some limits of this writing that is today more present than at the time of its first publication.

Keywords: class struggle. historical becoming. Communist Party' Manifest. Karl Marx.

A história de toda sociedade até hoje tem sido a história das lutas de classes
(MARX, 1978, p. 93).

Quando se imaginaria que, em pleno século XXI, se teria um dia mundial dedicado à luta contra o feminicídio? E que teríamos que nos manifestar contra tantos preconceitos que se pensava superados? Como se organizar contra a intolerância e a violência fascista que se reorganiza? No campo da educação de repente nos damos conta que a educação, em geral, no Brasil, foi sempre repressiva: na divisão social do trabalho, na constituição da família, no exército obrigatório, na iniciação das crianças na aprendizagem de ideologias religiosas e, principalmente, na ausência ou no banimento da crítica no processo educativo em geral, na forma mais simples de ensinar transmitindo um saber congelado no tempo, naturalizado e

com a pretensa “neutralidade científica”. Nunca existiram tantos trabalhadores como neste início de século, que não se reconhecem como unidos em variadas formas de exploração e de dominação material e ideológica. Esta realidade evidencia que a afirmação de Marx que tomamos como epígrafe continua sendo uma das mais verdadeiras de sua obra monumental.

Escrito por Marx e Engels em 1847 e publicado no início de 1848, *O Manifesto do Partido Comunista* tornou-se um dos textos mais importantes e mais conhecidos da história política moderna. Nele se explicitam questões centrais da teoria política marxiana, também proposta como uma teoria da história, escrita no calor da ação, de um movimento operário que construía paulatinamente o processo revolucionário. Como acentua Lowy (2011, p.44), “o Manifesto não só é atual, como é mais atual hoje do que há 150 anos”. Um exemplo é o “diagnóstico que faz da ‘globalização capitalista’”.

Antes de abordarmos a primeira parte do Manifesto, retomamos os pressupostos teórico-metodológicos contidos no Prefácio de 1859, que abre o escrito: Para a Crítica da Economia Política, a fim de explicitar o modo como o movimento histórico se concretiza por meio da geração e superação de contradições e como, a partir delas, se efetiva o movimento do real. A contradição traz uma negação interna: não é algo exterior, que se acrescenta à coisa; ela está implícita. Os seres são uma realidade dividida em si mesma, permanente devir. A produção e superação das contradições caracteriza o movimento da história, revela o real realizando-se como luta.

Segue-se uma breve análise do Manifesto tendo como base os pressupostos do Prefácio, a fim de explicitar o movimento produzido pelo antagonismo de classes. As notas sobre as novas dimensões da luta de classes evidenciam a força mistificadora da ideologia e, para entender este processo, recorreremos ao conceito de hegemonia de Gramsci. Como conclusão, seguem-se algumas notas sobre a atualidade das colocações dos autores sobre luta de classes.

Os pressupostos teórico-metodológicos esboçados no Prefácio de 1859:

Gramsci (1978) acentua que, para conhecer o pensamento de um autor precisamos reconstruir o seu percurso intelectual. Melhor quando o próprio autor nos brinda com um memorial que refaz o seu percurso teórico. É o que encontramos no Prefácio em *Para a Crítica da Economia Política*,² onde Marx (1974, p. 134) descreve as condições em que produziu a crítica aos pensamentos de Hegel e dos jovens hegelianos e de como chegou a concluir que as condições econômicas e o sistema da economia burguesa formam a estrutura da sociedade.

Escrito entre agosto de 1858 e janeiro de 1859, o Prefácio é um texto central para se explicitar a questão teórico-metodológica que se deve pressupor em qualquer análise do movimento histórico e de suas contradições. Trata-se de um texto importante para a teoria da história que fundamenta a teoria política no Manifesto do Partido comunista. Nele nosso autor esclarece que sua especialidade era a Jurisprudência, a qual dizia exercer “como disciplina secundária, ao lado de Filosofia e História”. Os debates em torno de questões políticas das “deliberações do Parlamento renano sobre o roubo da madeira e parcelamento da propriedade fundiária”, seguidos de “debates sobre o livre-comércio e proteção

aduaneira” o levaram a “ocupar-se de questões econômicas”. Seus trabalhos publicados entre 1842-1844 resultam na seguinte conclusão:

Relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, [...] e a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política (MARX, 1974, p. 135).

Do aprofundamento destas questões resulta a proposição metodológica, fio condutor de seus estudos posteriores, segundo a qual “na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade”, que resultam do modo como se organizam na divisão social do trabalho; tais relações de produção “correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais”. Em linhas gerais, a estrutura econômica da sociedade é a “base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (MARX, 1974, p. 135-136).

Marx conclui, de suas análises geradas a partir das polêmicas enfrentadas, que o “modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual”, de modo que, na realidade, se vive uma inversão ideológica, que consiste em que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1974, p. 136). Desta constatação resulta que, para uma crítica social radical, deve-se abandonar a abordagem racionalista de uma crítica fundada em princípios incontestáveis (em suas várias vertentes) ou a abordagem positivista, que parte de uma neutralidade inexistente e partir de uma análise imanente da realidade, buscando compreender os interesses conflituosos em presença e as contradições que se ocultam nas práticas sociais e políticas atuais. A crítica imanente implica desmistificar as formas ilusórias de compreensão da realidade (religião, senso comum, meios de comunicação de massa), a fim de nos reapropriarmos do conteúdo das relações sociais e políticas, para a transformação da realidade. Efetivar esta crítica implica reconhecer, nos meandros das relações imediatas cotidianas, as contradições que se produzem no movimento do real:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então tinham se movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém, então, numa época de revolução social (MARX, 1974, p. 136).

O que altera a configuração da estrutura econômica da sociedade e, conseqüentemente o social, político e ideológico, é o modo como a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção se organizam no sistema produtivo. Se entendermos, por um lado, que as forças produtivas se compõem também do conjunto dos meios de produção (instrumentos de trabalho: máquinas, tecnologia, novas fontes de energia, terra, recursos naturais, conhecimento científico, etc.) e da força de trabalho; e, por outro, que na sociedade capitalista, a propriedade privada dos meios de produção se constitui também pela propriedade econômica das forças produtivas, podemos concluir que: a) embora exista uma reciprocidade entre forças produtivas e relações de produção que produzem o desenvolvimento social, esta relação é

contraditória a partir da propriedade privada dos meios de produção, ou seja, o entrave ou os grilhões que emperram o desenvolvimento econômico-social se encontra na forma de propriedade privada que rege esta relação. b) O método traz implícita uma teoria da história na qual a necessidade de mudança social se produz no movimento contraditório entre forças produtivas e relações de produção. O devir histórico se produz por contradições e antagonismos da vida material que geram a necessidade de transformações radicais. “Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez” (MARX, 1974, p. 136). c) daí se conclui que:

Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas [...] e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio da velha sociedade (MARX, 1974, p. 136).

Explicitado o movimento histórico pelo qual as contradições, motor da história, se engendram no seio da sociedade gerando antagonismos que, em determinado momento, só podem ser resolvidos com revoluções radicais. Ou seja, a partir da configuração das lutas de classes, rastreada em sociedades pré-capitalistas em suas variadas formas de exploração do trabalho, Marx salienta as características específicas da sociedade burguesa:

As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução deste antagonismo (MARX, 1974, p. 136).

Evidencia-se, então, que a contradição é central para a compreensão do movimento histórico, da formação e transformação da realidade. Da geração e superação das contradições e antagonismos, a sociedade se constrói e se transforma. Estes princípios básicos são retomados no *Manifesto do Partido Comunista* para mostrar que a história das sociedades tem sido a história das lutas de classes.

Notas a partir do Manifesto do Partido Comunista:

No Prefácio à edição alemã de 1872, Marx e Engels escrevem:

A Liga Comunista, associação internacional de operários que, nas condições atuais, só poderia ser secreta, incumbiu os abaixo-assinados, por ocasião do Congresso realizado em Londres em novembro de 1847, de escrever para fins de publicação, um programa detalhado, teórico e prático, do partido. Foi esta a origem do seguinte Manifesto (MARX e ENGELS, 1978, p. 79)

Trata-se, portanto, de uma designação por parte de um movimento clandestino com o objetivo de organizar a classe operária e proporcionar-lhe as condições teóricas de entender o contexto econômico, social e político no qual esta classe deveria agir. O *Manifesto do Partido Comunista* explicita a contradição que permeia a estrutura da sociedade capitalista, como a forma aprimorada do antagonismo que se configura na luta de classes, motor da mudança histórica.

Escrito em parceria com Engels e publicado em fevereiro de 1848, o Manifesto esclarece a teoria da história dos autores e acentua que a “sociedade moderna burguesa, surgida das ruínas da

sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das velhas”. Acentuam ainda o processo de simplificação da sociedade, cujo antagonismo se reduz ao confronto entre burguesia e proletariado (MARX e ENGELS, 1978, p. 94).

Mostrando que a burguesia moderna é produto de “uma série de revoluções nos modos de produção e de troca”, onde cada momento se constrói da relação dialética de econômico-social com alterações políticas correspondentes, o texto acentua que a burguesia “conquista da soberania política no Estado representativo moderno”. Tendo como pressuposto o conjunto de economia e política, os autores acentuam que o “governo do Estado moderno é apenas um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia” (MARX e ENGELS, 1978, p. 96). Reconhece-se ainda que a burguesia foi efetivamente revolucionária, transformando toda a vida da sociedade:

Onde quer que tenha assumido o poder, a burguesia pôs fim a todas as relações feudais, patriarcais e idílicas. Destruíu impiedosamente os vários laços feudais que ligavam o homem a seus “superiores naturais”, deixando como única forma de relação de homem a homem o laço frio do interesse, o insensível “pagamento a vista”. Afogou os êxtases sagrados do fervor religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas gélidas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e em nome das numerosas liberdades conquistadas estabeleceu a implacável liberdade de comércio. Em suma, substituiu a exploração, encoberta pelas ilusões religiosas e políticas, pela exploração aberta, única, direta e brutal (MARX e ENGELS, 1978, p. 96).

Esta mudança em todos os aspectos da vida, reduzidos agora a uma nova forma de exploração, tem como pressuposto teórico-metodológico a relação dialética entre econômico, social e político, na constatação esclarecida no Prefácio de 1859 de que o “modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual” (MARX, 1974, p. 136). Mas é também de uma precisão inigualável ao mostrar de forma simples o modo como, para que isto aconteça, é preciso que uma ideologia seja substituída por outra: as formas patriarcais e idílicas, pelo “pagamento a vista”. Parece preparar-se aqui a análise da mercadoria, a transformação do homem em coisa numa sociedade onde tudo tem um preço, reduzido a uma única liberdade, a liberdade do comércio. “A burguesia rasgou o véu sentimental da família, reduzindo as relações familiares a meras relações monetárias” (MARX e ENGELS, 1978, p. 96).

O Manifesto nos mostra que, com o nascimento da sociedade burguesa instaura-se um novo modo de escravidão, mascarado pela ideia de trabalho assalariado. Na medida em que o poder econômico se concentra, mais se expandem as formas de dominação econômica e controle ideológico. O texto anuncia o acirramento da luta de classes, em contrapartida ao aumento da exploração e empobrecimento também do pequeno produtor, gradativamente reduzido à condição de assalariado, que se estende também a médicos, juristas, padres, poetas e cientistas. Todas as relações sociais se transformam em meras relações monetárias. É como se anunciasse aqui, implicitamente, o advento da sociedade de consumo, que altera todo o modo de vida do homem moderno.

Outra característica da sociedade burguesa é a necessidade de uma revolução contínua da produção. A “burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os meios de produção e, por

consequente, as relações de produção e, com elas, todas as relações sociais”. Esta é uma condição para o processo continuado de acumulação, aliada a outra, fundamental para que este processo de expansão ocorra: a dominação sustentada pela ideologia. Como acentua Löwy (2011, p. 45), “a burguesia cria um mundo à sua imagem”, fato que assim enunciado “era muito mais uma previsão de tendências futuras do que uma simples descrição da realidade contemporânea”. Mais verdadeira hoje do que na época do Manifesto. Uma estrutura econômica, social e política que impõe seus interesses e, mais que isso, consegue que sejam interiorizados pela classe trabalhadora como se fossem seus interesses. Nunca, como neste início de século XXI as “relações sociais, cultura, arte, política, sexualidade, saúde, educação, esporte, lazer, estiveram tão completamente submissas ao capital”, condicionadas pelo cálculo egoísta.

A necessidade de um mercado constantemente em expansão impele a burguesia a invadir todo o globo, necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Por meio de sua exploração do mercado mundial a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países (MARX e ENGELS, 1978, p. 97).

Em pleno meados do século XIX, os autores anunciam a mundialização do capital expandindo-se pelo globo e superando interesses nacionais em nome da exploração dos recursos naturais para a concentração de renda. Anuncia-se aqui um movimento de expansão mundial da economia que unifica os costumes, os modos de vida, a cultura, envolvendo toda a sociedade na senda do consumismo e do desperdício:

Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pela produção nacional, encontramos novas necessidades que requerem para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento local e da autossuficiência das nações, desenvolvem-se em todas as direções um intercâmbio e uma interdependência universais (MARX e ENGELS, 1978, p. 97).

Sabe-se, pelas colocações anteriores sobre o método, que este movimento se produz pela criação e superação de contradições: elementos antagônicos que se opõem, mas só existem na relação que estabelecem entre si. São criados por esta relação e se transformam nela. Há um condicionamento recíproco entre as partes. A contínua mudança necessária para a expansão da economia transforma todas as relações sociais e ideológicas, unificando o modo de entender e de buscar a felicidade, de viver as relações afetivas, de exercer o poder político na forma do Estado nacional; tudo se condiciona e se subverte. A civilização burguesa obriga “todas as nações, sob pena de extinção, a adotarem o modo burguês de produção; força-as a adotarem o que ela chama de civilização”, ou seja, a “se tornarem burguesas”, a “criar um mundo à sua imagem” (MARX e ENGELS, 1978, p. 97).

A revolução contínua da produção pela apropriação de matérias primas e força de trabalho se traduz em expansão do mercado, submissão do campo à cidade, aglomeração das populações, centralização dos meios de produção e concentração da propriedade em poucas mãos, alterando as relações políticas na redefinição dos espaços geopolíticos. E os autores identificam, na estrutura econômica do século XIX, a forma como se instaura a contradição entre forças produtivas e relações de produção e que geram crises “extensas e destrutivas”, fazendo com que as “armas com que a burguesia

abateu o feudalismo voltam-se agora contra ela própria”; e forjou as armas de sua destruição: o proletariado (MARX e ENGELS, 1978, p. 99).

O objetivo do texto aparece explícito: unir a classe trabalhadora para a organização política e a revolução. Cabe-nos agora nos concentrarmos no objetivo do nosso texto: entender melhor a nova configuração da luta de classes. Se a “história de toda sociedade até hoje tem sido a história das lutas de classes”, como esta luta se apresenta neste início de século XXI? Como polemizar com os pós-modernos, que dizem que não existem mais classes sociais, menos ainda antagonismos? Diante dos limites deste artigo, nos limitamos a breves notas.

Notas sobre a configuração atual das lutas de classes:

O Manifesto nos mostra como o conflito se insere no âmago da sociedade burguesa, no modo como as contradições se produzem e se constituem como motor da história, tanto como condição que impulsiona o desenvolvimento quanto como causa de entrave deste mesmo desenvolvimento. Entretanto, as configurações do conflito se alteraram a partir das novas dimensões que assume a ideologia no contexto da democracia burguesa e no âmbito da ampliação e fortalecimento dos meios de comunicação de massa.

Como acentuou Marx, a luta de classes é a fonte e o motivo do movimento histórico e, embora não explícita no contexto atual e mesmo negada no âmbito do debate na área de ciência política, ela continua existindo, em forma latente, oculta pela mistificação ideológica. A atual fase do capitalismo se caracteriza por uma violência inaudita no que se refere à exploração e expropriação do trabalho e subsunção ou “captura” da subjetividade dos trabalhadores (DIAS, 2012).

A violência não se apresenta apenas na forma de guerras, ações policiais contra pobres e negros, espoliação financeira que vai muito além do que acontece no modo de produção, ou seja, para que continue a acumulação acelerada do capital, temos uma exacerbação da violência institucional contra a classe trabalhadora nas formas de repressão, censura, ditadura explícita, etc. A resistência se traduz em levantes, insurreições,, como as Primaveras árabes, ou movimentos no interior do próprio processo político vigente, como o movimento dos Occupy e o pipocar de outras manifestações pontuais como o movimento Gay, de mulheres, etc. As reivindicações populares no contexto da estrutura do Estado têm limites claros postos pela cooptação e pela assimilação dos movimentos na instituição do reformismo. Na medida em que formas de resistência se anunciam, tem-se o ressurgimento de um fenômeno mundial de ascensão de novos movimentos reacionários que retomam símbolos fascistas, com propostas econômicas e políticas extremamente conservadoras

Existe, portanto, uma correlação de forças que podemos entender melhor a partir do conceito gramsciano de hegemonia. Gramsci contrapõe dois significados de hegemonia que caracterizam o atual conflito de classes: por um lado a prática da classe dominante de dirigir (formar um consenso passivo com a difusão da ideologia) e de dominar (pela força os que não consentem); por outro, a resistência espontânea das classes populares que, na medida em que conseguem se organizar unitariamente, podem iniciar um processo de subversão da ordem instituída.

Burgio (2014, p. 340), na sua leitura de Gramsci, explicita que se instaurou na sociedade moderna um “mito que atribui um poder taumatúrgico à conquista dos direitos políticos”, mito pelo qual se cria um consenso em torno da separação Estado e sociedade civil, de modo que a “trama privada do Estado (associações, partidos, sindicatos, intelectuais) organiza o consenso dando forma à opinião pública e, ao mesmo tempo, desorganizando as massas”. Esta, em nosso entendimento, é uma estratégia da luta de classes que atua para ocultar o próprio conflito de classes utilizando os instrumentos gerados pela divulgação de uma ideologia. Burgio levanta a questão central de Gramsci em relação à democracia burguesa:

Que, ocultos nos procedimentos formais funcionais, tem-se o mascaramento da heteronomia do corpo social, que esconde uma estrutura de poder essencialmente oligárquico e autoritário, resolvendo-se em um sistema de formas públicas que salvaguardam poderes essencialmente privados (BURGIO, 2014, p. 341).

Portanto, a questão da hegemonia e da luta de classes pressupõe mostrar os limites da democracia burguesa acentuando as novas dimensões da ideologia, que se consolidam a partir da própria estrutura do Estado moderno. Para Gramsci, as ideologias não são ilusões, mas fatos históricos reais utilizados como instrumento de domínio, sempre por razões políticas, porque todas as relações sociais, numa sociedade cindida em classes sociais antagônicas, fazem parte do conflito de classes, tornado latente e mistificado pela ideologia. A emancipação das classes trabalhadoras passa, hoje, essencialmente pela desmistificação da realidade para, assim, criarem-se as condições de “destruir uma hegemonia e criar uma outra, como momento necessário da subversão da praxis” (Q. 10, p. 1319).

O Manifesto nos traz uma teoria política articulada a uma teoria da história que tem como fulcro central a luta de classes, como Benjamin a descreve na Tese IV:

A luta de classes que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Mas na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem do humor, da astúcia da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos (BENJAMIN, 1985, p. 224).

A ideologia obscurece os conflitos gerados pelo antagonismo de classes, reduz questões sociais a enfrentamentos individuais atribuindo ao indivíduo a culpa pelo fato, diluindo a organização política. A história dos vencedores é sempre pontual, linear, de meias verdades que ocultam a luta de classes. E esquecemos que esta é também uma forma de luta, a mais violenta e autoritária que até hoje se impôs. As classes trabalhadoras nunca foram tão numerosas quanto neste início de século, e também nunca estiveram tão fragmentadas quanto neste momento do capitalismo: por conta da força da ideologia neoliberal, não se reconhecem como classe e, assim, podem aderir a movimentos conservadores inclusive contra os seus interesses sociais.

O Manifesto e a sua atualidade:

Cabe salientar alguns limites deste escrito, limites que se colocam pelo próprio modo como o Manifesto se insere no debate e na organização política do nascente movimento comunista, mas também

os que se apresentam como limites da própria teoria. Por exemplo: já dizia Walter Benjamin que a ideia de progresso tem um poder de mistificação que ilude a classe trabalhadora e desarticula o seu movimento de organização política. Na crítica ao tempo linear e progressivo que o marxismo tomou como pressuposto, Benjamin demonstra que a noção de tempo que sustenta a teoria não combina com a própria ideia de revolução. Para Agamben (2005), a tarefa de mudar o mundo implica necessariamente a tarefa de mudar o tempo (e consequentemente, a linguagem, o modo de vida, a apropriação do passado e a própria noção de presente enquanto atualidade).

Ao conceito de progresso vincula-se a ideia de civilização, que parece empolgar os autores do Manifesto no elogio implícito à revolução burguesa e a suas transformações. Rosa Luxemburgo, nos idos de 1915, nos alertava para os perigos ideológicos gerados por este conceito e acentuava que, ao contrário, abria-se para nós os caminhos da barbárie. Entendemos, porém, que estes limites não retiram o valor e a atualidade deste texto magnífico. Como acentua Löwy (2011, p. 48), “mesmo celebrando a burguesia como a classe que revolucionou a produção e a sociedade”, o Manifesto “realizou maravilhas incomparavelmente mais impressionantes que as pirâmides do Egito ou as catedrais góticas”. No curso de sua produção teórica “Marx e Engels recusam uma visão linear da história”. Embora ressaltem o incrível progresso das forças produtivas na sociedade burguesa, acentuam que este desenvolvimento “é pago com a degradação da condição social dos produtores diretos”.

Entendemos que o problema se encontra no modo como se articula a ideia de progresso com o movimento contraditório do real, que se apresenta como o motor da história. E as contradições que permeiam a formação da sociedade burguesa não levam à sua realização, mas sim à sua superação no movimento de luta de classes. O que torna este escrito tão atual no século XXI é a convocação para a unidade política das classes trabalhadoras, a convocação para a ação revolucionária, o caminho para cumprir a tarefa histórica de mudar o tempo transformando radicalmente a sociedade.

Referências:

- BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas I: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BURGIO, Alberto. *Gramsci: il sistema in movimento*. Roma: DeriveApprodi, 2014.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Revolução passiva e modo de vida – ensaio sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*. São Paulo, Ed. Sundermann, 2012.
- LOWY, Michael. Política. In: RENAULT, Emmanuel, Gérard Duménil, and Michael Löwy. *Ler Marx*. São Paulo: E. UNESP, 2011.
- MARX, Karl. Prefácio. In: MARX, K. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1978.

Notas:

¹ Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (1975), mestrado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1983) e doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (2001), com um ano de pesquisa na Università degli Studi di Milano e Fondazione Feltrinelli. Recebeu o Prêmio Jabuti em 2001.

Professora de Filosofia da UFPR de 1976 a 2005 (aposentada). Atualmente é professora da Universidade Tuiuti do Paraná. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, filosofia, filosofia política, Gramsci e Walter Benjamin. Email: anita.helena@libero.it

² Partimos do Prefácio em *Para a Crítica da Economia Política* porque o consideramos de grande importância para entender a questão da luta de classes.

Recebido em: 23/03/2018

Aprovado em: 27/08/2018